



Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Trabalho,
Segurança Social e Inclusão,

Deputada Isabel Meireles

S. Bento, 09 de março de 2023

Assunto: Audição, com carácter de urgência, da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversos e dos representantes legais da empresa Vigiexpert – prevenção e vigilância privada, Lda., sobre as situações de assédio laboral na empresa Vigiexpert, Lda.

Um vigilante, trabalhador da empresa Vigiexpert – prevenção e vigilância privada, Lda., está há vários meses a ser alvo de pressões reiteradas e de práticas de assédio, por parte da mesma.

Em novembro de 2022, este trabalhador foi colocado num falso posto de trabalho, na sede da própria empresa, que consiste numa suposta vigilância a três lugares de estacionamento de viaturas dos diretores. Numa evidente prática de assédio, os responsáveis da empresa forçaram o vigilante ao desempenho de um posto sem funções, isolado, ao ar livre e sem proteção face às condições atmosféricas. Simultaneamente, apesar de ser um posto sem funções reais, são atribuídos horários cada vez mais adversos – recentemente, os responsáveis da empresa comunicaram mesmo uma alteração da escala de serviço com escassas horas de antecedência, que incluía a prestação de trabalho durante a noite de Natal.

Em janeiro de 2023, a Vigiexpert suspendeu o vigilante e abriu um processo disciplinar tendente ao despedimento, porque o trabalhador denunciou as práticas laborais abusivas de que tem vindo a ser alvo. Com esta conduta, a empresa procura afastar um trabalhador

que exige os seus direitos, - à margem da lei e sem cumprir as suas obrigações enquanto empregador, - nomeadamente no que diz respeito à indemnização por despedimento, sendo um trabalhador com vários anos de antiguidade.

Estas práticas patronais abusivas têm início em março de 2022 e na sequência de uma comunicação enviada ao trabalhador para alteração da escala, por acréscimo de serviço, que incluía a realização de trabalho extraordinário sem o correspondente pagamento. Tendo o trabalhador requerido o pagamento devido pelas horas extra, os responsáveis da empresa rejeitaram a atribuição dessa escala ao vigilante e optaram pela retaliação e por uma conduta de pressão sistemática a este trabalhador.

A partir deste momento, o vigilante foi alvo de sucessivas mudanças de local de trabalho, colocado pela empresa em vários clientes diferentes por curtos períodos de tempo. Começou por ser afastado, em março de 2022, do seu posto de trabalho de então, numa instituição pública, tendo os responsáveis da Vigiexpert argumentado que se tratava de um pedido do cliente. Desde então, foi sucessivamente colocado pela empresa em 6 postos de trabalho diferentes, sempre com escalas de serviço muito desfavoráveis e frequentemente em localizações geográficas que, como era do conhecimento dos responsáveis da empresa, tornavam difícil a sua deslocação até ao local de trabalho, nomeadamente por insuficiente oferta de transportes públicos.

O Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas (STAD), que representa o trabalhador, tem vindo a interceder formalmente junto da empresa no sentido desta terminar com a conduta de assédio e respeitar os direitos do trabalhador, mas a Vigiexpert não alterou as suas práticas abusivas.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirigiu, em dezembro de 2022, uma pergunta ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, relativa à situação deste vigilante, a qual foi respondida - parcialmente - no passado dia 6 de março de 2023, e de acordo com o Governo a ACT não detetou irregularidades, o que é surpreendente e, por isso mesmo, importa esclarecer os fundamentos que justificam esta conclusão.

A situação deste vigilante é também um reflexo do que se passa neste sector, - no qual a Vigiexpert tem um longo histórico de abusos laborais -, e que corresponde a más condições de trabalho e violação reiterada dos direitos destes trabalhadores. Acresce que muitas destas situações resultam de concursos públicos lançados pelo Estado e que, por isso, tem especial responsabilidade nesta matéria.

Tendo em conta a relevância do tema e a urgência em proteger, não só os direitos deste vigilante, em particular, mas dos trabalhadores que desempenham funções neste setor, importa ouvir os esclarecimentos das entidades envolvidas sobre esta matéria.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente da Audição, da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversos e dos representantes legais empresa Vigiexpert – prevenção e vigilância privada, Lda.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires